

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

| |
|----------------------|
| Expeça - se |
| Publique - se |
| |
| O Secretário da Mesa |

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Chegou ao conhecimento do Grupo Parlamentar do PCP que foi assinado no passado sábado, pela empresa Metropolitano de Lisboa EPE, o contrato para fornecimento de Material Circulante e Sistema de controlo automático dos comboios (sistema de sinalização).

A aquisição de novo Material Circulante para o Metro é uma medida positiva, que o PCP vinha defendendo há muito. Como é do conhecimento geral, era e é urgente reforçar a frota com mais, e mais moderno, material circulante, até porque o atual material já ultrapassou o ciclo do meio de vida.

Já em relação ao sistema de sinalização (sendo verdade que o Metro necessita de substituir o atual sistema que é muito antigo e para o qual já existe dificuldade em substituir componentes), importa sublinhar que o atual concurso apenas contempla duas das atuais quatro linhas e que terá sido inicialmente lançado para as atuais linhas Amarela e Verde (com as estações que hoje tem) pelo valor base de 127.250.000,00 euros.

No entanto, de acordo com as informações a que tivemos acesso, este concurso acabou por ser alterado para passar a incluir as duas novas estações (Estrela e Santos) que integram a nova Linha Circular, alterando o valor base para os 136,5 milhões de euros.

Assim, dois dias depois de a Assembleia da República no Orçamento do Estado ter aprovado dar prioridade de investimento à ligação a Loures e a Alcântara/Zona Ocidental de Lisboa, suspendendo e limitando compromissos financeiros relativos à Linha Circular, é assinado então este contrato, especificamente alterado para incluir essa mesma linha.

Importa recordar que o concurso para a 2ª fase da obra da linha circular ficou deserto, havendo referências a movimentações e contactos no sentido de o voltar a lançar, já no início desta semana, com valor de mais dois milhões de euros. Por outro lado, até à presente data ainda não

foi celebrado nenhum contrato nem pago nenhum valor correspondente à indemnização por expropriação de terrenos. Ora, também neste caso existem preocupações legítimas que indiciam que poderão estar em rápida preparação contratos relativos a indemnizações a pagar relativas a estas expropriações.

Assim, ao abrigo da alínea d) do artigo 156.º da Constituição e nos termos e para os efeitos do artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, solicitamos ao Governo os seguintes esclarecimentos:

1. Como explica o Governo que, dois dias depois de a Assembleia da República no Orçamento do Estado ter aprovado dar prioridade de investimento à ligação a Loures e a Alcântara/Zona Ocidental de Lisboa, suspendendo e limitando compromissos financeiros relativos à Linha Circular, seja assinado um contrato, especificamente alterado para incluir essa mesma linha?
2. Tendo o concurso para a 2ª fase da obra da linha circular ficado deserto, havendo referências a movimentações e contactos no sentido de o voltar a lançar, já no início desta semana, que medidas irá tomar o Governo para acautelar o interesse do Estado considerando o que foi aprovado sobre esta matéria?
3. Que acompanhamento está a ser feito pela tutela ministerial relativamente a esta situação?

Palácio de São Bento, 13 de fevereiro de 2020

Deputado(a)s

BRUNO DIAS(PCP)

DUARTE ALVES(PCP)

ALMA RIVERA(PCP)